

O Conceito de Transmissão Psíquica na Obra de Freud: A Perspectiva de René Kaës

Luciana Jaramillo Caruso de Azevedo¹

Terezinha Féres-Carneiro²

Eduardo Ponte Brandão³

Samuel Lincoln Bezerra Lins⁴

Resumo

O presente artigo tem o intuito de apresentar, a partir da perspectiva de René Kaës, a formulação do conceito de transmissão psíquica. Kaës localiza a origem deste conceito nas primeiras reflexões de Freud sobre a questão da hereditariedade, que se iniciam nas denominadas publicações “pré-psicanalíticas” e se estendem até os seus últimos escritos. As reflexões freudianas sobre a hereditariedade servem de base para o conceito de transmissão psíquica utilizado por René Kaës, de fundamental importância para a psicanálise de família, ampliando esta clínica.

Palavras-chave: hereditariedade; transmissão psíquica; psicanálise.

The Concept of Psychic Transmission in Freud: The Prospect of René Kaës

Abstract

The current study aims to present – according to René Kaës’ perspective – the formulation of the psychic transmission concept. Kaës locates the origin of this concept in Freud’s first reflections on the issue of heredity, which begin in his so-called “pre-psychoanalytic” publications and extend until his last writings. Freudian reflections on heredity serve as a foundation for the concept of psychic transmission used by René Kaës, of primary importance to family psychoanalysis, expanding such clinic.

Keywords: heredity; psychic transmission; psychoanalysis.

Desde os primórdios da psicanálise há registros de reflexões sobre o que viria a se tornar o conceito de transmissão. Em diversos momentos de sua obra, Freud evidencia diferentes formas de entendimento que dão origem ao conceito de transmissão psíquica. Entre os psicanalistas que trabalham com famílias, René Kaës destaca-se por estabelecer um estreito diálogo com os textos de Freud e por sua significativa contribuição para o desenvolvimento e sistematização do conceito de transmissão psíquica, entre outros conceitos que embasam e fundamentam a clínica psicanalítica

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

² Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

³ Doutor em Teoria Psicanalítica/UFRJ - TJRJ

⁴ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

com famílias. Para Kaës (2001), a noção de transmissão psíquica foi iniciada através dos questionamentos de Freud sobre a hereditariedade, presente no contexto psiquiátrico de sua época, e se desdobrou no que André-Fustier e Aubertel (1998) denominam como sendo “a clínica da transmissão psíquica”.

Em função da extrema relevância do conceito de transmissão para a psicanálise e, especialmente, para a psicanálise com famílias, torna-se imprescindível uma investigação a respeito dos primórdios da formulação deste conceito. Diante disto, este artigo tem o objetivo de apresentar um recorte histórico sobre elaboração do conceito de transmissão psíquica conforme a descrição proposta por Kaës. Para tanto, partiremos de uma análise da origem do conceito até chegar à sua constituição como categoria substantiva para a teoria psicanalítica.

Algumas contribuições de René Kaës para o estudo da transmissão psíquica em Freud

Inicialmente, com o intuito de esclarecer como se delineou o conceito de transmissão psíquica, apresentaremos a análise feita por Kaës (1998, 2001) da transmissão psíquica na obra freudiana, onde ele pontua formas distintas de se conceber a transmissão. Seguindo o pensamento do autor, nos textos de Freud, pelo menos quatro termos designam a transmissão. São eles: (1) *Übertragung*, que qualifica o ato de transmitir ou a transmissibilidade. Este termo designa a transferência no sentido psicanalítico estrito, mas também é empregado para denominar o processo de transmissão (*Übertragen*) de pensamento, de telepatia, de indução, os fenômenos de contágio e de imitação em funcionamento nas multidões e as modalidades de prescrição do tabu. *Übertragung* é um dos termos empregados no debate freudiano sobre a hereditariedade e a etiologia da neurose; (2) *Vererbung*, que designa o que se transmite por hereditariedade ou a herança biológica; (3) *Erwerbung*, que indica a aquisição enquanto resultado da transmissão. É o que se expressa no verso do Fausto de Goethe: “*Was du ererbt von deinem Vätern hast, Erwirb es, um es zu besitzen*”, ou seja, “aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”; e, por fim, (4) *Erblichkeit*, termo formado a partir do adjetivo *erblich*, que se refere ao que é transmissível pela hereditariedade biológica ou por sucessão jurídica.

Constatamos que a noção de transmissão nos textos de Freud é polissêmica, cuja diversidade semântica pode indicar também uma multiplicidade de objetos da investigação ao longo de toda a sua obra (Kaës, 2001). Nesse sentido, Silva (2003) indica que a transmissão psíquica, para Freud, envolve tanto a questão do sujeito em relação à sua herança psíquica, social, religiosa e cultural, como também envolve a descoberta do complexo de Édipo e de seus destinos.

Por sua vez, Kaës (2001) propõe uma articulação entre o pensamento de Freud e os três modelos de referência não-psicanalíticos da transmissão que constituíam o pano de fundo cultural de sua época. São eles: (1) o modelo da degenerescência; (2) o epidemiológico e a barreira imunitária; e (3) o do contágio mental e a psicologia das multidões, que serão apresentados e discutidos a seguir.

O modelo da degenerescência

No modelo de degenerescência, torna-se imprescindível ressaltar que o pensamento de Freud sobre a hereditariedade apareceu como ruptura às teorias da degenerescência, que ele combateu em várias oportunidades, inclusive nos embates com Charcot. A teoria da degenerescência e da hereditariedade foi introduzida por Buffon (1749) e desenvolvida por Morel (1857), com o objetivo de criar uma classificação consistente das patologias mentais que não fosse apoiada somente na diferenciação dos sintomas ou nas manifestações corporais. Morel (1857) desejava substituir uma classificação dos sintomas por uma classificação etiológica das doenças mentais, pois somente com a determinação das causas, ele poderia associar um sistema classificatório a uma terapêutica apropriada.

Severo (2006) acrescenta que a medicina do século XIX buscava comprovações materiais para os fenômenos que estudava. Tal compreensão implicava em que o sintoma deixasse uma marca no corpo biológico, alvo do olhar de uma medicina que se esforçava para incluir-se no campo das ciências exatas. Daí, dentro de uma perspectiva organicista, o grande louvor concedido à anatomia patológica, na medida em que, supostamente, permitiria ao médico prever uma regularidade em termos de sintomatologia.

Contudo, a loucura era uma doença que não deixava marcas anatomopatológicas, tornando-se necessária uma busca de marcas concretas para justificá-la como doença. Nesse momento, o interrogatório exercia uma importância fundamental na busca de dados sobre a loucura do indivíduo, pois se a marca de sua realidade não se inscrevia no corpo, deveria aparecer sob a forma de predisposições que se revelariam através de lembranças infantis, indicando os antecedentes da doença pertencentes à família.

Portanto, a loucura seria um mal hereditário e a “família”, a loucura hipostasiada (Garcia-Roza, 2000). A técnica do interrogatório visava, por fim, a obtenção de uma confissão, isto é, o reconhecimento, por parte do paciente, de sua própria loucura. Nesse contexto, a herança e a hereditariedade apareceriam como o grande marco explicativo das patologias mentais. As circunstâncias externas seriam simples “atualizadores” de uma predisposição mórbida transmitida por gerações (Caponi, 2012).

O modelo epidemiológico e a barreira imunitária

O modelo epidemiológico ou bacteriológico da transmissão está ligado à descoberta das doenças infecciosas, ou seja, doenças transmissíveis. Nesse caso, a transmissão se dá pela penetração de um agente infectante vivo no organismo que o recebe. Segundo essa perspectiva, a cura se baseia em um estado de imunidade em relação ao agente patógeno (Kaës, 2001). Seguindo este pensamento, os bacteriólogos distinguem três fases na transmissão: a liberação do agente infectante pelo organismo infectado; a passagem do agente infectante para o meio exterior; e a penetração, subsequente, desse agente infectante para o organismo sadio.

Para Czeresnia (1997), a propagação da epidemia é descrita como semelhante à de um incêndio, ou seja, a doença é transferida de um doente a outro assim como o fogo se espalha. Assim, o isolamento tinha a mesma significação das outras práticas: proteger o corpo de influências

maléficas de distintas origens, que agiam através dos sentidos e das sensações por elas produzidas. Segundo esta perspectiva, a cura corresponderia a um estado de imunidade em relação ao agente patógeno, resultando na noção da necessidade de garantir a imunidade psíquica, social ou cultural contra o outro e o que ele transmite.

O modelo de contágio e a psicologia das multidões

A noção de contágio mental, desenvolvida por Le Bon (1895), é exemplar da epistemologia social fundada no pensamento médico do século XIX. O autor caracteriza a multidão pelos traços de impulsividade, a irritabilidade, dificuldade para raciocinar, ausência de juízo e espírito crítico e exagero nos sentimentos. Kaës (2001) enfatiza o quanto uma sugestão pode ser contagiosa em aglomerações humanas. Assim, muitas vezes o que é metáfora ou símbolo torna-se, para a multidão, realidade concreta. A influência das multidões pode transtornar ou arrastar a personalidade do sujeito. Logo, sem mediação, o contágio se dissemina em um fluxo irrefreável.

As noções de contágio estavam ligadas às duas diferentes concepções de doença que eram coexistentes: uma concepção ontológica, que esteve presente no imaginário de praticamente todas as culturas desde o mundo antigo, e uma concepção dinâmica, formulada no mundo grego em conformidade com a ideia de *physis* e que, por intermédio das teorias hipocráticas e galênicas, constituiu o pensamento médico erudito até o século XVI (Czeresnia, 1997).

A concepção ontológica compreendia a doença como um ser com existência própria, uma entidade concreta que vem do exterior - tanto do ar, como de outros indivíduos e objetos - e que não fazia parte da natureza do homem. Era associada a algo que entra no corpo, como espíritos, possessões demoníacas ou flechas lançadas pelos deuses. A cura seria, neste caso, um esforço de expulsão da doença por meio de tratamentos mágicos (Canguilhem, 1978).

A concepção dinâmica, presente nas teorias hipocráticas, compreendia a doença como perturbação do equilíbrio e da harmonia da *physis*. A doença não era entendida como algo que se localizaria em alguma parte; ela era uma totalidade. Não viria do exterior e sim fazia parte da natureza do homem, da sua constituição, ou seja, não era uma entidade que existiria por si só, mas um processo que ocorreria dentro do indivíduo (Czeresnia, 1997).

De acordo com Kaës (2001), Freud se apoiou nesses modelos de pensamentos que circulavam à época, ainda que em oposição, para desenvolver as bases do conceito de transmissão psíquica. Neste sentido, Kaës localiza o início da noção de transmissão psíquica em diversos apontamentos de Freud em relação às questões da hereditariedade, como será descrito a seguir.

A hereditariedade nos textos de Freud

Um dos primeiros textos de Freud centrados na questão da hereditariedade é o artigo “A hereditariedade e a etiologia das neuroses” (1976/1896), onde ele inicia suas formulações e algumas objeções à teoria etiológica das neuroses que foi legada aos discípulos de Charcot. O papel atribuído

por Charcot à hereditariedade em sua teoria é conhecido: trata-se da única causa verdadeira e indispensável das afecções neuróticas.

Não obstante as inúmeras contribuições de Charcot, reconhecidas e estimadas por Freud, inclusive no que tange aos estudos sobre a histeria, o criador da psicanálise discordava do mestre Charcot ao tratar tanto da histeria, como mais um tópico da neuropatologia, quanto considerar a hereditariedade como causa única. Dessa forma, a histeria poderia ser concebida como uma forma de degeneração, um membro da "*famille névropathique*". Para Freud, Charcot superestimou a hereditariedade como agente causativo da histeria, e não deixou espaço algum para a possibilidade da aquisição da doença nervosa. Outras considerações formuladas por Freud à teoria de Charcot apontavam para o papel atribuído à sífilis apenas como "*agent provocateur*" e a ausência da distinção entre afecções nervosas orgânicas e as neuroses, tanto no que tange à sua etiologia como a outros aspectos (Freud, 1976/1893).

Freud apresentou mais algumas objeções à teoria proposta por Charcot e elencou outras possíveis influências etiológicas da neurose. Para Freud (1976/1896) na patogênese das denominadas "neuroses maiores", a hereditariedade preencheria o papel de uma precondição poderosa em todos os casos sendo mesmo indispensável na maioria deles. Freud reconheceu a relevância da predisposição hereditária na medida em que as mesmas causas específicas, agindo em um indivíduo saudável, não produzem nenhum efeito patológico manifesto, ao passo que, numa pessoa predisposta, sua ação provoca a emergência da neurose cujo desenvolvimento seria proporcional em intensidade e extensão ao grau da precondição hereditária. Todavia, ele acreditava que certas perturbações nervosas podem desenvolver-se em pessoas perfeitamente saudáveis e em cujas famílias nada se pode reprovar, dando uma importância em particular à "experiência sexual passiva antes da puberdade" na "etiologia específica da histeria" (Freud, 1976/1896, p. 174).

Em face dessa etiologia, a ação da hereditariedade é comparável à ação de um multiplicador num circuito elétrico, multiplicador este que exagera o desvio visível da agulha, mas não pode determinar a sua direção (Freud, 1976/1896). Essa metáfora é interessante, tendo em vista que alude às possibilidades de transformação do destino do sujeito. Caso contrário, o sujeito estaria fadado a repetir desoladamente (Magalhães & Féres-Carneiro, 2004).

No artigo "A etiologia da histeria" (1976/1896), Freud continuou com as suas objeções em relação à formulação de Charcot de que somente a hereditariedade mereceria ser reconhecida como a verdadeira causa da histeria. Freud (1976/1896) preocupou-se em não determinar a hereditariedade como evidência conclusiva da origem da neurose e, nesse sentido, destacou que a existência de perturbações nervosas adquiridas é tão provável quanto a existência de perturbações hereditárias. Assim, considerou que as experiências sexuais na infância deveriam ser consideradas como traumas que levam tanto a uma reação histérica nos eventos da puberdade quanto ao desenvolvimento de sintomas histéricos. Dito de outro modo, os sintomas histéricos seriam decorrentes de reminiscências que se ligariam a algum evento traumático através de cadeias associativas. Entretanto, vale dizer que se Freud desloca a importância atribuída à hereditariedade para as experiências sexuais infantis, ele não dispensa de modo absoluto o papel da primeira, contudo, compreendendo-a para além do determinismo biológico defendido por Charcot.

Segundo Paes e Rudge (2011), Freud propunha, ao criar a psicanálise, algo muito diferente da ciência cujo caráter eugênico avançava cada vez mais. Contudo, ele não conseguiu impedir a marcha desse projeto de erradicação das anomalias que se mantém até os dias de hoje. Atualmente, a ciência tem, de modo geral, a proposta de intervenção de purificar a matriz biológica das futuras gerações, promovendo ingerências antes mesmo da fecundação. Nesse caso, a transmissão é compreendida como uma transmissão genética na qual a subjetividade não é levada em conta. Embora Freud nunca tivesse descartado a influência de fatores hereditários, o que lhe interessava era a genealogia do sujeito na relação com o outro, no campo da linguagem.

Em “A moral sexual civilizada e a doença nervosa moderna” (1908), Freud apontou pela primeira vez para o antagonismo entre a civilização e a vida pulsional. Ao tratar da diferença entre as psiconeuroses e as neuroses atuais, o autor enfatiza que nas primeiras é mais evidente a influência da hereditariedade. Contudo, seu método de investigação possibilitou perceber que os sintomas desses distúrbios são psicogênicos e dependem da atuação de complexos ideativos inconscientes.

A transmissão psíquica

No texto “Totem e Tabu” (1913), Freud aborda a questão da transmissão de formas distintas. Ao tratar da origem do sentimento de culpa e da transmissão do tabu, Freud esclarece a hipótese da transmissão filogenética e ontogenética do tabu. No mesmo texto, é possível verificar o caráter contagioso do tabu. Por ser um texto de extrema relevância para o estudo da transmissão psíquica, torna-se importante determo-nos um pouco mais no mesmo.

Inicialmente, conforme o “mito científico” construído por Freud (1976/1913), a propósito da hipótese filogenética, a exogamia totêmica seria uma proibição encontrada em tribos “primitivas” diversas. Apoiando-se na hipótese de Charles Darwin sobre o estado social dos homens primitivos, Freud (1976/1913) postula que o homem primitivo vivia originalmente em pequenas comunidades. Cada homem teria tantas esposas quantas pudesse sustentar e obter, as quais guardava, zelosamente, contra todos os outros homens. Os machos mais novos eram, assim, expulsos e forçados a vagar por outros lugares, quando, por fim, conseguiam encontrar uma companheira. Cada um desses jovens, depois de terem sido expulsos, estabeleceria uma horda semelhante, na qual a mesma proibição sobre as relações sexuais imperaria.

Freud (1976/1913) continua dizendo que os irmãos que teriam sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando, assim, um fim à horda patriarcal, substituindo-a pela horda fraterna. Na tumultuosa malta de irmãos, repletos de sentimentos contraditórios, após terem se livrado do pai e satisfeito o seu ódio, a afeição que todo esse tempo estava recalcada faz-se sentir sob a forma de remorso, surgindo o sentimento de culpa.

O que até então fora interdito pela existência real do pai, doravante passou a ser proibido pelos próprios filhos, que criaram assim o sentimento de culpa filial. Assim, o pai morto tornou-se mais forte do que o fora vivo. A existência da horda fraterna era assegurada pelo laço consanguíneo e a sociedade estava agora baseada na cumplicidade do crime comum. Por muito tempo, os sentimentos fraternais sociais, que constituíram a base de toda transformação (remorso e culpa, que encontramos

na religião e nas ordenações morais), continuaram a exercer profunda influência no desenvolvimento da sociedade. Desse modo, encontraram expressão na santificação do laço de sangue e na ênfase dada à solidariedade por toda a vida dentro do mesmo clã. Desse modo, estariam evitando a possibilidade de uma repetição do destino do pai.

É a partir da suposição da ambivalência dos filhos em relação ao pai tirânico que Freud (1976/1913) pôde teorizar sobre os meios pelos quais os estados mentais são transmitidos de uma geração para outra, além da diferenciação entre a comunicação consciente e inconsciente no processo de transmissão (Kupferberg, 2004). A transmissão é tratada nesse texto através da culpa e do ideal. Freud mostra que somos todos herdeiros do crime contra o pai. O pai morto se converte em totem, enquanto o sentimento de culpa, e se transmite para as gerações posteriores, funcionando como interdito.

Neste sentido, pode-se acrescentar que não é somente o ideal que é transmitido, mas também a culpa, as defesas, os sintomas, os significantes, a organização das relações objetais e o não-representado (Severo, 2006). Em suma, para Freud (1976/1913), as proibições veiculadas pelo tabu foram cunhadas em uma situação ancestral e transmitidas de geração em geração, como resultado da tradição transmitida através da autoridade parental e social. A base do tabu é uma ação proibida para cuja realização existe forte inclinação inconsciente.

Kaës (2001) esclarece que o tabu transmitido extrai o seu poder da importância do transmissor, cujo código não-escrito é o mais antigo da humanidade. O tabu seria um intermediário entre os indivíduos, remetendo-os à ancestralidade. Portanto, se no mito construído em "Totem e Tabu", Freud fala da necessidade do assassinato do pai para o advento da cultura, na constituição do Eu é necessário o assassinato das figuras onipotentes para a emergência do sujeito e sua inscrição no campo simbólico (Paes & Rudge, 2011). Assim, em parte, a ontogênese repete a filogênese.

De outro modo, a transmissão também foi concebida no que se refere à propriedade de contágio inerente à transgressão do tabu. Ou seja, a violação do tabu transforma o próprio transgressor em tabu, pois este possui a perigosa qualidade de tentar os outros a segui-lo no exemplo. É como se toda a carga perigosa contida no tabu fosse transferida para o seu transgressor, cuja ação devesse ser vingada por todos os membros do clã com intuito de impedir um perigo que ameaça toda a comunidade. O caráter contagioso do tabu é revelado por sua transmissibilidade a objetos materiais, que então se tornam eles próprios portadores do tabu. Essa transmissibilidade do tabu é um reflexo da tendência de o instinto inconsciente da neurose deslocar-se constantemente por meios associativos para novos objetos.

Ainda em "Totem e Tabu" (1976/1913), Freud postula que "nenhuma geração pode ocultar à geração que a sucede, nada de seus processos mentais mais importantes, pois a psicanálise mostrou que todos possuem na atividade mental inconsciente um "apparatus" que os capacita a interpretar as reações de outras pessoas, isto é, desfazer as deformações que os outros impuseram à expressão de seus próprios sentimentos" (p. 162). Kaës (2001) explica esta noção freudiana, brevemente contemplada ao final do texto "Totem e Tabu", como "*Apparat zu deuten*", um aparelho de significar/interpretar/retificar as expressões deformadas que os seres humanos deram a seus próprios sentimentos. Percebe-se, em suma, que a ideia de transmissão em *Totem e Tabu* adquire uma

notável polissemia em Freud, afastando-a inteiramente da concepção biológica que tanto marcou a teoria da hereditariedade e da degenerescência e contra a qual ele combateu desde o início de seu pensamento.

Nesse contexto de discussão, Freud estabeleceu uma distinção entre aquilo que é transmitido por identificação aos modelos parentais e que se refere à história pessoal do sujeito, e aquilo que se constitui a partir de traços mnêmicos herdados de gerações anteriores, herança de sua pré-história. Birman (1993) aponta para o fato de que a hipótese filogenética corresponde à retomada por parte de Freud da ideia de uma estrutura pré-subjetiva que transcende e determina o sujeito, formulando algo que já havia sido esboçado em outros momentos teóricos. A hipótese filogenética pressupõe uma estrutura fundante do sujeito, que o precede lógica e historicamente, assumindo nesse caso a forma de mito da origem da humanidade.

Por sua vez, a análise do “Homem dos Lobos”, no texto *História de uma neurose infantil*, é crucial para Freud (1976/1909) não somente por preparar a conhecida virada de 1920, mas também por fornecer a convicção de que, tal como elaborou desde “Totem e Tabu” (1976/1913), os efeitos manifestados na ontogênese são devidos à transmissão filogenética (Green, 1991). Nesse contexto, Birman (1993) aponta para o fato de que a hipótese filogenética corresponde à retomada por parte de Freud da ideia de uma estrutura pré-subjetiva que transcende e determina o sujeito, formulando algo que já havia sido esboçado em outros momentos teóricos.

Nesse famoso caso clínico, Freud aponta para as histórias ouvidas por seu paciente sobre a infância, nas quais ele é retratado como uma criança tranquila, de muito boa índole e tratável. Contudo, um dia, ao voltarem das férias, os pais o encontraram transformado. Tornara-se inquieto, irritável e violento, inclusive, dirigindo sua hostilidade à governanta inglesa, a quem a mãe e avó atribuíam à irritabilidade do menino. No entanto, Freud acrescenta que a governanta pode ter tido apenas uma participação muito remota na sedução e nas suas consequências. Todavia, cabia incluí-la na composição imaginativa do seu paciente na medida em que algo era transmitido ao menino a respeito da governanta, através do discurso da mãe e da avó.

Nesse sentido, Rudge (1998) pontua “o Supereu como introjeção de coisas ouvidas”, não sendo senão “o resquício de um Outro primordial” (p. 60). Seguindo esse raciocínio, Paes e Rudge (2011) afirmam que, no que diz respeito à história familiar, é entre as falas, olhares e silêncios que nos tornamos sujeitos. Com efeito, o que foi transmitido consciente ou inconscientemente pelas gerações precedentes constitui o eu através de processos de identificação.

A partir da análise do “Homem dos Lobos”, no texto “História de uma neurose infantil” (1976/1909), Freud convenceu-se a associar definitivamente a castração à cena primária (Brandão, 2011). Ficou patente então, para ele, a relação entre a cena primária e as “fantasias primitivas”, conduzindo-o ao obscuro problema da herança filogenética: “Essas cenas de observação das relações sexuais entre os pais, de ser seduzido na infância e de ser ameaçado com a castração são, inquestionavelmente, um dote herdado, uma herança filogenética, mas podem também facilmente serem adquiridas pela experiência pessoal” (Freud, 1914, p. 104). A fantasia primeva não seria algo restrito ao sujeito, mas parte de uma herança da espécie (Paes & Rudge, 2011). Começa a se formar assim, em Freud, o convencimento de que a castração teria sido realizada pelo pai da horda primitiva.

É importante destacar que, antes da virada de 1920, Freud escreve em 1914 “Sobre o narcisismo: Uma introdução”, outro texto que contribuiu sobremaneira para a construção do conceito de transmissão. Nesse texto, Freud estabelece que o amor parental nada mais é do que o retorno e a reprodução do narcisismo dos pais, que mediante suas aspirações, projetam sobre o filho os seus ideais. Portanto, o processo de identificação é constitutivo do Eu, sendo o mecanismo privilegiado do processo de transmissão (Paes & Rudge, 2011).

Do ponto de vista do bebê não há “eu” inato e sim um “eu antecipado” no discurso e nas fantasias dos pais em relação a ele. Esse “eu antecipado” será um fator de grande impacto na constituição da subjetividade da criança e na determinação do seu destino. O primeiro esboço do “eu”, ainda rudimentar, corresponde ao advento de uma representação do próprio corpo, fruto do investimento da criança como objeto amoroso dos pais em meio a um intenso jogo identificatório.

No texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1976/1914), de suma importância para o estudo da transmissão psíquica, Freud enfatizou diversos fatores de extrema relevância para a investigação profunda do conceito. Um desses fatores consiste no discurso de antecipação, isto é, sobre a designação de lugar e de predisposições significantes no processo de transmissão. Assim, podemos pensar que é transmitido à “sua majestade o Bebê” a tarefa de realizar o sonho dos pais. O infante seria o depositário, o servidor e herdeiro dos sonhos e dos desejos não realizados dos pais, cabendo a ele dar lugar e sentido a estas predisposições que o antecedem. Segundo Freud (1976/1914), “a criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram”, acrescentando que “o amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior” (p. 108).

Ao apresentar o estudo sobre o narcisismo, Freud explicita uma determinada imortalidade do ego que, oprimida pela realidade, é alcançada por meio do refúgio na criança. Assim, o indivíduo leva uma existência dúplice: uma para servir a suas próprias finalidades e a outra como elo numa corrente que ele serve involuntariamente. Ele seria o veículo mortal de uma substância (possivelmente) imortal, como herdeiro de uma propriedade inalienável, sendo o único dono temporário de um patrimônio que lhe sobrevive (Freud, 1914, p. 94).

É imprescindível destacar, conforme ressalta Rudge (2009), que não há um “eu” formado de uma vez por todas. A vida sempre prossegue: o que se ouve dos outros, o peso do acaso na história de vida e os acontecimentos traumáticos instauram crises identificatórias e exigem o refazer periódico dessa história, a exclusão de parte dela, a invenção de outros capítulos, num trabalho nunca definitivamente estabelecido: uma verdadeira obra aberta.

Essa obra aberta que é o “eu” permite ao sujeito aceitar as modificações físicas e psíquicas pelas quais deve passar, sem deixar de preservar certa crença na continuidade e no sentido da vida. O narcisismo primário corresponde à unificação do corpo pulsional do infante através da projeção do narcisismo dos pais, constituindo na criança o ego ideal e o amor de si. Logo, o ego do infante tem como origem a idealização das figuras parentais, que projetam aquilo que lhes foi impossível de realizar em suas existências (Brandão, 2011).

Seguindo esse raciocínio, faz-se necessário à criança que ela se desloque do ego ideal ao ideal de ego, o que implica a ruptura com a alienação presente no gozo fálico. Em outras palavras, a

assunção normalizante da criança exige dela a perda da posição idealizada, da autossuficiência e da arrogância fálica (Birman, 1993). Nesse sentido, uma unidade comparável ao ego não poderia existir desde o começo da vida, o ego precisa ser desenvolvido. Apenas as pulsões autoeróticas encontram-se desde o início, sendo necessário que algo seja adicionado ao autoerotismo – uma nova ação psíquica - a fim de provocar o narcisismo. A libido dos pais na formação do narcisismo primário da criança é o canal da transmissão psíquica.

Seguindo a trilha dos estudos sobre as identificações enquanto viés privilegiado de transmissão, Freud desenvolve mais amplamente o tema em “Luto e Melancolia” (1976/1915), “Psicologia de grupo e análise do Ego” (1976/1921), “O Eu e o Id” (1976/1923) e “Mal-estar na civilização” (1976/1929). Entre estes, cabe destacar o artigo “Psicologia de grupo e a análise do ego” (1976/1921), no qual Freud apresenta como se efetua a passagem de um objeto individual a um objeto comum a todos os membros de um grupo. Através dessa transição, inscreve-se a identificação como um mecanismo fundamental na constituição do sujeito, especialmente, na estruturação do Eu e do Supereu, traduzindo o peso determinante da cultura e da herança nesta constituição (Kupferberg, 2004).

No texto “O eu e o Id” (1976/1923), onde Freud postula sobre a origem do superego, dá-se expressão às identificações parentais como fundamentais ao desenvolvimento tanto do indivíduo quanto da espécie. A instalação do Supereu pode ser classificada como um exemplo bem sucedido de identificação com a instância parental. Por sua vez, tal identificação revela uma herança arcaica transmitida por gerações anteriores ao sujeito. As experiências do ego parecem, a princípio, estar perdidas para a herança, mas, quando se repetem com bastante frequência com intensidade suficiente em muitos indivíduos, em gerações sucessivas, transformam-se, por assim dizer, em experiências o Id, cujas impressões são preservadas por herança. “Dessa maneira, no Id, que é capaz de ser herdado, acham-se abrigados resíduos das existências de incontáveis egos; e quando o ego forma o seu superego a partir do id, pode talvez, estar apenas revivendo formas de antigos egos e ressuscitando-as” (Freud, 1923, p. 53).

Em “Moisés e o monoteísmo: três ensaios” (1976/1939), Freud retoma o conceito de herança arcaica para explicar aquilo que opera em nosso psiquismo sem a existência de uma experiência diretamente vivida pelo sujeito. Segundo Freud (1976/1939), Moisés era um príncipe que foi criador e fundador da religião mosaica (derivada da religião monoteísta do faraó Amenhotep, que abandonou o nome de seu pai, nomeando-se Akhenaton, que significa “agradável a Aton”, seu único Deus). Liderando os judeus no retorno para Canaã, ele teria sido assassinado pelos hebreus que, em seguida, seguiram para uma região chamada Cades, onde cultuavam o Deus vulcânico Javé, além de outras deidades. Para Freud, a religião mosaica foi recalcada pelo povo hebreu por longos séculos, até que mudanças históricas de luta pelo poder tornaram a ideia de um Deus único possível novamente (Paes & Rudge, 2011).

Kupferberg (2004) ressalta que Freud faz de “Moisés e o monoteísmo” um livro sobre a origem e o destino do povo judeu a partir da abordagem da transmissão de um evento traumático ao longo de várias gerações. Os resíduos mnêmicos dos traumas primitivos são inconscientes e operam a partir do Id, o que vai gerar um complicador, pois, segundo Freud: “nos damos conta que a probabilidade de que aquilo que pode ser operante na vida psíquica de um indivíduo pode incluir não apenas o que

ele próprio experimentou, mas coisas que estão inatamente presentes nele, quando de seu nascimento, elementos com uma origem filogenética – uma herança arcaica” (p. 117). Portanto, podemos considerar que os traços de memória sobrevivem como herança arcaica devido à sua importância e à frequência do acontecimento.

A relevância da transmissão psíquica na atualidade

Diante dos inúmeros textos de Freud que fornecem amplo aporte teórico para a construção do conceito de transmissão psíquica enquanto categoria substantiva para a teoria psicanalítica, observamos cada vez mais a presença significativa de pesquisas voltadas para a transmissão psíquica geracional nos estudos psicanalíticos contemporâneos (Kaës, 1998, 2001, 2005, 2014; Eiguer, 1998a, 1998b; Benghozi, 2000, 2005, 2010; Féres-Carneiro & Benghozi, 2003; Magalhães & Féres-Carneiro, 2004, 2007, 2011; Severo, 2006; Garcia & Penna, 2010; Paes & Rudge, 2011; Rosa, 2000; André-Fustier & Aubertel, 1998; Inglez-Mazzarella, 2006; Granjon, 2000; Silva, 2003; Ruiz Correa, 2000; Zornig, 2010). O interesse suscitado pela transmissão psíquica demonstra a importância de tratar do tema no cenário atual e a necessidade de desenvolver novos caminhos que forneçam maiores subsídios teóricos para a prática clínica com famílias.

Nesse sentido, torna-se relevante destacar que a transmissão psíquica é central no grupo familiar e nos remete à inscrição do sujeito em uma cadeia geracional da qual ele é um elo. A transmissão psíquica geracional remete à condição de sujeito enquanto herdeiro forçado, beneficiário, mas também pensador e, até mesmo criador daquilo que lhe foi transmitido. Cada um, bem como cada grupo, tem como tarefa construir, organizar e transformar certas heranças não elaboradas, mantidas em estado bruto e que se infiltram no presente. Assim, a função do grupo familiar é transmitir a herança psíquica adquirida e fundadora tanto dos membros, como do conjunto, perpetuando, conservando a sua identidade, e dando vida para além dos mortos (Granjon, 2000).

Embora a denominada herança arcaica independa da comunicação direta para que seja efetuada a sua transmissão, haja vista sua referência ao “não experimentado”, o seu despertar está vinculado a uma repetição real e recente do acontecimento, constituindo um elo entre os dois tempos (Inglez-Mazzarella, 2006). Logo, a concepção de temporalidade proposta por Freud é bastante diferente da tratada usualmente, ou seja, daquela que supõe uma linearidade entre passado e presente. Por sua vez, a concepção psicanalítica indica que o passado é continuamente associado ao presente que o evoca e o ressignifica a cada evento (Paes & Rudge, 2011).

A importância crescente atribuída à vinculação das experiências atuais com as de gerações anteriores levou Freud a concluir que o sentido que pode ser atribuído à herança arcaica dos seres humanos está relacionado ao fato de que ela abrange não apenas as disposições, mas também um tema geral: traços de memória da experiência de gerações anteriores (Freud, 1939), confirmando a pertinência de se pensar numa concepção psicanalítica da transmissão.

Considerações finais

De acordo com o que foi visto no presente estudo, o conceito de transmissão psíquica em Freud é polissêmico, sendo fundamental buscar suas raízes nos modelos epistemológicos presentes em sua época. Entre eles, destacamos ao longo do texto a controvérsia de Freud em relação à teoria da degenerescência e da hereditariedade. Desde os chamados textos pré-psicanalíticos, Freud delimitou uma forte objeção à hereditariedade na etiologia das afecções neuróticas, dando importância às experiências sexuais infantis.

A descoberta do inconsciente e do polimorfismo sexual infantil permitiu a Freud fazer frente, em definitivo, ao eugenismo presente na teoria médica que marcou o século XIX e cujas raízes se fazem sentir até os dias de hoje. Por sua vez, o conhecido texto “Totem e Tabu” (1976/1913) corresponde a outro marco teórico significativo, na medida em que Freud aborda as proibições veiculadas pelo tabu numa perspectiva filogenética. Ao mesmo tempo, encontra-se nesse mesmo texto uma abordagem mais consistente sobre o caráter contagioso do tabu, sendo um dos modelos utilizados por Kaës a propósito da transmissão psíquica.

Também foram abordados outros textos fundamentais de Freud, cada qual abrindo novas significações ao conceito de transmissão psíquica, desde a relação entre cena primária e fantasias primitivas no famoso caso clínico do “Homem dos Lobos”, no texto História de uma neurose infantil (1976/1909), a criança enquanto depositária do narcisismo dos pais em “Sobre o narcisismo: Uma introdução” (1976/1914), a herança arcaica dos seres humanos de traços de memória da experiência de gerações anteriores em “Moisés e o Monoteísmo” (1976/1939), entre outras obras não menos importantes.

Em suma, Freud destaca-se do viés biologizante que marcou seus predecessores, do início ao fim de sua obra. Contudo, ele retoma em momentos distintos de seu pensamento a ideia de transmissão por outros vieses, inscrevendo-a no campo da metapsicologia e, assim, no contexto de outros conceitos que obtiveram amplo reconhecimento nas mais diversas escolas psicanalíticas.

Referências

- Andre-Fustier, F., & Aubertel, F. (1998). A transmissão psíquica familiar pelo sofrimento. In A. Eiguer (Org.) *A transmissão do psiquismo entre gerações* (pp.129-148). São Paulo: Unimarco Editora.
- Benghozi, P. (2000). Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias. In Ruiz Correa (Org.) *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp. 89-100). São Paulo: Escuta,.
- Benghozi, P. (2010). *Malhagem, filiação e afiliação*. São Paulo: Vetor.
- Birman, J. (1993). *Ensaio de teoria psicanalítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brandão, E. (2011). *Sexualidade e aliança na contemporaneidade: Nem Édipo, nem barbárie* (2. Ed.). Curitiba: Juruá.
- Buffon, G. (1749). *Histoire naturelle générale et particulière*. vol. II. Paris: L’Imprimerie Royale.
- Canguilhem, G. (1978). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Caponi, S. (2012). *Loucos e degenerados: Uma genealogia da psiquiatria ampliada*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

- Czeresnia, D. (1997). *Do contágio à transmissão: Ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Eiguer, A. (1998a). *A transmissão do psiquismo entre gerações: Enfoque em terapia familiar psicanalítica*. São Paulo: Unimarco Editora.
- Eiguer, A. (1998b). L'identification à l'object transgénérationnel. *Journal de la psychanalyse de l'enfant*, 10, 93.
- Féres-Carneiro, T., & Benghozi, P. (2003). Adolescência, violência e agressividade: Diferenciando vínculo de relação. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: Arranjos e demandas contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Freud, S. (1976). *Charcot* (vol III). Edição Standard brasileira das obras completas de Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1893)
- Freud, S. (1976). *A hereditariedade e a etiologia da neurose* (vol. V). Edição Standard brasileira das obras completas de Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1896)
- Freud, S. (1976). *A moral sexual civilizada e a doença nervosa moderna* (vol. VII). Edição Standard brasileira das obras completas de Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1908)
- Freud, S. (1976). *História de uma neurose infantil* (vol. XIX). Edição Standard brasileira das obras completas de Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1909)
- Freud, S. (1976). *Totem e Tabu* (vol. XIII). Edição Standard brasileira das obras completas de Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1913)
- Freud, S. (1976). *Sobre o narcisismo: Uma introdução* (vol. XIV). Edição Standard brasileira das obras completas de Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1914)
- Freud, S. (1976). *Luto e melancolia* (vol. XIV). Edição Standard brasileira das obras completas de Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1915)
- Freud, S. (1976). *Psicologia de grupo e análise do ego* (vol. VII). Edição Standard brasileira das obras completas de Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1921)
- Freud, S. (1976). *O eu e o Id* (vol. XVI). Edição Standard brasileira das obras completas de Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1923)
- Freud, S. (1976). *Mal-estar na civilização* (vol. XXI). Edição Standard brasileira das obras completas de Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1929)
- Freud, S. (1976). *Moisés e o monoteísmo: Três ensaios* (vol. XIX). Edição Standard brasileira das obras completas de Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1939)
- Garcia, C. A.; Penna, C. M. (2010). O trabalho do negativo e a transmissão psíquica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(3), 68-79.
- Garcia-Roza, L. (2000). *Introdução à metapsicologia freudiana: Artigos de metapsicologia: Narcisismo, pulsão, recalque, inconsciente (1914-1917)*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Zahar.
- Granjon, E. (2000). A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In O. Ruiz Correa (Org.), *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp.17-43). São Paulo: Escuta.
- Green, A. (1991). *O complexo de castração*. Trad. Laurice Levy Hoory. Rio de Janeiro: Imago.

- Inglez-Mazzarella, T. (2006). *Fazer-se herdeiro: A transmissão psíquica entre gerações*. São Paulo: Escuta.
- Kaës, R. (1998). Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In A. Eiguer (Org.), *A transmissão do psiquismo entre gerações* (pp. 05-20). São Paulo: Unimarco Editora.
- Kaës, R. (2001). *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2005). *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: Transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2011). *Um singular plural - A psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Loyola.
- Kaës, R. (2014). *As alianças inconscientes*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Kupferberg, M. (2004). *Filhos da guerra: Um estudo psicanalítico sobre o trauma e a transmissão*. Tese de doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Le Bon, G. (2005). *Psicologia das massas*. Lisboa: Esquilo. (Texto original publicado em 1895)
- Magalhães, A., & Féres-Carneiro, T. (2004). Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 10(16), 243-255.
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2007). *Família e casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação*. Org.: Terezinha Féres-Carneiro. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2011). Em busca de uma conjugalidade perdida: quando a parentalidade prevalece. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: Conjugalidade, parentalidade e psicoterapia* (pp.161-172). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Morel, J. (1857). *Traité des Dégénérescences Physiques, Intellectuelles et Morales de l'Espèce Humaine et des Causes qui Produisent ces Variétés Maladives*. Paris: Bailliére,
- Paes, F. F., & Rudge, A. (2011). Está no sangue: Transmissão e psicanálise. *Revista aSEPHallus*, VI(12), 127-156.
- Rosa, M. D. (2000). *Histórias que não se contam: O não-dito e a psicanálise com crianças e adolescentes*. Taubaté/SP: Cabral Editora Universitária.
- Rudge, A. (1998). *Pulsão e linguagem: Esboço de uma concepção psicanalítica do ato*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rudge, A. (2009). *Trauma*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Severo, A. (2006). Sobre o sujeito na herança transgeracional. In A. Piva (Org.), *Transmissão transgeracional e a clínica vincular* (pp. 123-142). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silva, M. (2003). *A herança psíquica na clínica psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, FAPESP.
- Zornig, S. (2010). Transmissão psíquica: uma via de mão dupla? In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: Permanências e rupturas* (pp.25-41). São Paulo: Casa do Psicólogo

Endereço para correspondência

lucianajaramillo@msn.com

Enviado em 17/05/2016

1ª revisão em 24/10/2016

Aceito em 17/11/2016